

Biocombustível da pobreza?

Porque a meta estabelecida para o uso de combustíveis renováveis na União Européia pode ser desastrosa para pessoas em situação de pobreza

1 de novembro de 2007

A rota para meios de transporte sustentáveis?

Em janeiro deste ano, a Comissão Européia publicou seu Guia da Energia Renovável, que propõe, como meta obrigatória, que o percentual de uso de biocombustíveis nos meios de transporte de seus países membros seja de 10% até 2020.¹ Essa meta está gerando um empurra-empurra entre produtores no Sul e constitui uma séria ameaça para pessoas vulneráveis à grilagem de terras, à exploração e à deterioração da segurança alimentar. É inaceitável que pessoas afetadas pela pobreza em países em desenvolvimento arquem com os custos da redução de emissões na União Européia (UE). Para evitar essa situação, a Comissão deve incluir normas sociais em sua estrutura de sustentabilidade e desenvolver mecanismos por meio dos quais a meta de dez por cento possa ser revista se estiver confirmadamente contribuindo para minar os meios de vida de pessoas em situações vulneráveis.

O Conselho acordou essa meta, em princípio, em março deste ano, sob a condição de que ela fosse alcançada *em bases sustentáveis*. Em resposta, a Comissão iniciou um processo de consultas entre abril e maio, propondo uma definição de sustentabilidade que inclui alguns princípios ambientais, mas nenhum princípio social.² Finalmente, em setembro, o Parlamento Europeu emitiu um parecer exigindo a adoção de um esquema de certificação obrigatória para garantir que os biocombustíveis não provoquem, direta ou indiretamente... problemas sociais, como o aumento nos preços de alimentos e o deslocamento de pessoas.³ A Comissão está redigindo sua proposta legislativa, que deve estar pronta em janeiro e especificará a definição do que seriam biocombustíveis 'sustentáveis' e para que medidas de apoio eles se qualificariam.

Dez por cento, mas de onde?

Biocombustíveis são combustíveis líquidos fabricados a partir de matéria orgânica, em sua grande maioria de origem vegetal. Eles são tipicamente misturados a combustíveis fósseis para serem usados em carros convencionais. O etanol pode ser usado como substituto do petróleo e é produzido a partir do milho, do trigo, da cana-de-açúcar, da beterraba açucareira e de outros vegetais. O biodiesel pode ser usado como substituto do óleo diesel e é normalmente produzido a partir de sementes oleaginosas, como de colza ou de palmeiras.

A razão declarada da UE para aumentar o uso de biocombustíveis baseia-se na necessidade de se reduzir emissões de gases causadores de efeito estufa (carbono) na atmosfera. No entanto, as poupanças de carbono geradas pelo uso de biocombustíveis variam consideravelmente e dependem da matéria-prima utilizada, das práticas agrícolas, do trajeto da produção e dos efeitos de mudanças no uso da terra. Análises de ciclo de vida que levam em consideração esses fatores mostram que os biocombustíveis produzidos a partir de matérias-primas agrícolas cultivadas em regiões tropicais garantem maiores poupanças de carbono a custos mais baixos em relação às cultivadas na Europa.⁴ Em que pese esse fato, a UE favorece matérias-primas produzidas internamente por meio de uma estrutura de incentivos, subsídios, tarifas e normas técnicas.⁵ Isso resultou, recentemente, em críticas e questionamentos sobre a sustentabilidade das políticas adotadas para os biocombustíveis na UE e seus argumentos.⁶

Atualmente, cerca de um por cento das necessidades de combustível dos meios de transporte da UE é coberto por biocombustíveis.⁷ A meta para 2020 representa, portanto, um grande aumento na demanda por duas razões principais: em primeiro lugar, porque ela acarreta um acréscimo na *proporção* de biocombustível usada na mistura total consumida em meios de transporte por um fator de dez; e, em segundo lugar, porque esse total só tende a aumentar.⁸ Para sanar esse problema, a UE precisará importar dos países em desenvolvimento nos quais o cultivo das matérias-primas agrícolas para produção de biocombustíveis, tais como a cana-de-açúcar e o óleo de palmeira, é muito mais eficiente.⁹ Os países em melhores condições de atender a essa demanda são, entre outros, os seguintes:

- A Malásia e a Indonésia, que respondem por cerca de 80 por cento da produção mundial de palmeiras oleaginosas e esperam conquistar cerca de 20 por cento do mercado Europeu de biocombustíveis até 2009;¹⁰ e,

- O Brasil, que responde por cerca de metade de todas as exportações internacionais de etanol e pretende aumentar sua produção de cana-de-açúcar em 55 por cento nos próximos seis anos para satisfazer a demanda esperada de etanol na União Européia e nos Estados Unidos.¹¹

Muitos outros países afetados pela pobreza também parecem estar investindo nessa produção na esperança de conquistar uma fatia do 'Bolo de Biocombustíveis da UE'. Comenta-se que a África do Sul tem o potencial de se tornar o 'Oriente Médio' dos biocombustíveis.¹² Relatórios recentes que avaliaram o potencial de produção da Tanzânia estimaram que cerca de metade da área de superfície do país pode ser usada para esse fim;¹³ entretanto, o governo está procurando atrair investimentos de empresas produtoras de biocombustíveis da Europa, como a Sun Biofuels, do Reino Unido.¹⁴ Em Moçambique, cerca de 33 milhões de hectares - aproximadamente 40 por cento da superfície do país - foram identificados como adequados para o cultivo de matérias-primas para os biocombustíveis e a Europa foi identificada como um mercado em potencial para essa produção.¹⁵

Sustentável para quem?

Em condições adequadas, os biocombustíveis oferecem importantes oportunidades para a redução da pobreza, por estimularem setores agrícolas estagnados e gerarem empregos para trabalhadores rurais e mercados para agricultores familiares.¹⁶ A primeira cooperativa de biocombustíveis foi estabelecida no Brasil em 2005 e, por empregar métodos agrícolas sustentáveis, gerou meios de vida mais adequados para mais ou menos 25 mil famílias.¹⁷ Quando produzidos localmente, os biocombustíveis podem também aumentar o acesso de comunidades marginalizadas a energia - por exemplo, o Programa Brasileiro de Biocombustível, de cunho social, enfoca a produção de combustíveis para a geração de energia elétrica fora da rede estabelecida.¹⁸

Infelizmente, essas condições, que devem incluir políticas nacionais e empresariais com objetivos claros de redução da pobreza, além de metas ambientais e sociais, não são evidentes no modelo agroindustrial emergente. Em vez disso, o que se observa é um grande empurra-empurra entre produtores do Sul para suprir o mercado europeu, enquanto pessoas que vivem em situação de pobreza estão sendo pisoteadas nesse processo.

Destruição de meios de vida

A devastação de ecossistemas essenciais, como as florestas tropicais, para dar lugar a plantações destinadas à produção de biocombustíveis coloca sobre a mesa, desde uma perspectiva ambiental, fortes preocupações.¹⁹ Ao mesmo tempo, milhões de pessoas correm o risco de ter que deixar suas terras à medida que o empurra-empurra pelo abastecimento do mercado se intensifica. As pessoas mais afetadas pela pobreza e marginalizadas estão entre as mais expostas a esse risco. O presidente do Fórum Permanente para Questões Indígenas das Nações Unidas advertiu recentemente que 60 milhões de indígenas em todo o mundo podem ser desalojados de suas terras para dar lugar a plantações destinadas à produção de biocombustíveis.²⁰ Desse total, cinco milhões vivem na região de West Kalimantan, Indonésia (veja quadro abaixo). Na Colômbia, grupos paramilitares estão desalojando pessoas de suas terras, ameaçando-as com armas e torturando e matando os que resistem, para plantar palmeiras oleaginosas nessas áreas a fim de produzir biocombustíveis,²¹ contribuindo, assim,

para uma das piores crises de refugiados do mundo.²² Muitas dessas ações violentas foram registradas em territórios indígenas tradicionais e em comunidades de afro-descendentes, afetando diretamente os grupos mais vulneráveis do país. Na Tanzânia, relatórios indicam que grupos vulneráveis já estão sendo forçados a abandonar suas terras para que sejam transformadas em plantações destinadas à produção de biocombustível.²³

Quando pessoas perdem suas terras, elas perdem também seus meios de vida. Muitas delas são forçadas a se mudar para bolsões de pobreza urbanos em busca de um meio de sobrevivência, outras acabam presas no círculo vicioso do trabalho migratório e ainda existem aquelas que não vêem outra saída a não ser buscar emprego – geralmente em condições precárias – nas mesmas plantações que as desalojaram.

Estudo de caso: disputa por terras na Indonésia

As áreas que estão sendo usadas na Indonésia para o cultivo de palmeiras oleaginosas, que atualmente somam seis milhões de hectares, serão ampliadas para 20 milhões de hectares até 2020 – ocupando uma área quase cinco vezes maior que a dos Países Baixos. Sawit Watch, uma organização parceira da Oxfam, estima que existam atualmente cerca de 400 comunidades envolvidas em conflitos de terra relacionados a plantações de palmeiras oleaginosas. A província de West Kalimantan é uma das regiões nas quais essas plantações estão sendo mais intensamente ampliadas.

Margaretha Yuniar, 43 anos, moradora do vilarejo de Kampuh, na província de West Kalimantan, é professora e quer que seus três filhos tenham uma boa educação. Sabendo que os custos da educação são altos, em 1996, ela e sua família decidiram gerar renda usando sua pequena propriedade para cultivar palmeiras oleaginosas. Ela disponibilizou sua área de 7,5 hectares à empresa PT Ponti Makmur Sejahtera (PMS), especializada no cultivo dessas palmeiras. Em troca, a família receberia dois hectares para cultivar as palmeiras e a PT PMS ficaria com cinco hectares, além de pagar cinco por cento do lucro líquido por ano a Yuniar e sua família. A família ficaria morando no meio hectare restante.

Somente seis anos depois, em 2002, a PT PMS deu a Yuniar apenas um hectare e meio em vez dos dois prometidos e, além disso, fora da terra que ela havia cedido à empresa. Para piorar a situação ainda mais, essa área foi reivindicada por seu proprietário original, que se recusou a deixar Yuniar e sua família colher palmeiras nela. Ao mesmo tempo, a Indonésia sofreu uma severa crise econômica e a empresa PT PMS foi forçada a se fundir com uma empresa da Malásia, a Austral Enterprises Berhad, para formar a PT Mitra Austral Sejahtera (PT MAS). A empresa Golden Hope, uma das maiores proprietárias de terras usadas para cultivar palmeiras na Indonésia, assumiu o controle da PT MAS em 2005.

Em junho deste ano, 800 produtores rurais fizeram uma passeata de protesto até o escritório do *bupati*, o administrador do distrito, que normalmente é a autoridade responsável pela outorga de concessões de terras a empresas.

‘Cerca de 50 mulheres trabalhadoras rurais participaram da passeata’, afirma Yuniar. ‘Nossos filhos foram conosco. Nove amigas minhas vieram do nosso vilarejo de Kampuh’.

Apesar das reuniões realizadas com a Golden Hope e de suas novas propostas, o problema da propriedade da terra ainda não foi resolvido.

Mesmo quando as pessoas conseguem permanecer em suas terras, seus meios de vida podem ser ameaçados por plantações insustentáveis, que afetam a água, o ar e o solo em seu entorno. Os sistemas de irrigação contribuem para tornar a água mais escassa, dificultando ainda mais o cultivo da terra para comunidades vizinhas em áreas próximas. Solos e cursos d’água podem ser poluídos por efluentes de engenhos e pelo escoamento de produtos químicos, com resultados devastadores para lavouras

situadas a jusante das plantações;²⁴ o ar pode ser envenenado por agrotóxicos ou queimadas.²⁵

Trabalho indecente

As condições de trabalho nas plantações podem ser horríveis. Trabalhadores em plantações de cana-de-açúcar no Brasil recebem de acordo com o volume cortado – eles chegam a ganhar pouco mais de um dólar por tonelada cortada. Esse sistema de pagamento por tarefa discrimina sistematicamente as mulheres, que geralmente não conseguem cortar o mesmo volume que os homens. Existem trabalhadores que vivem em condições subumanas, sem acesso a água limpa, e são forçados a comprar seus alimentos e medicamentos nas próprias plantações em que trabalham, a preços mais altos. Em alguns casos, a acumulação crescente de ‘vales’ faz com que os trabalhadores assumam dívidas que os mantêm presos nesses locais em regime de trabalho escravo.²⁶ Os turnos podem durar 12 horas a temperaturas acima de 30°C – há relatos de que 14 cortadores de cana morreram de exaustão nas colheitas de 2004/05 e 2005/06.²⁷

Em plantações de palmeiras oleaginosas na Indonésia, mulheres freqüentemente trabalham sem remuneração para ajudar seus maridos a atingir suas cotas de produção.²⁸ Além disso, elas precisam cuidar de seus filhos, produzir alimentos, cozinhar e buscar lenha e água a grandes distâncias, devido à dimensão das plantações. Mulheres trabalhadoras na Indonésia são também rotineiramente discriminadas: em muitos casos, seus salários são inferiores aos pagos aos homens simplesmente porque seus empregadores acreditam que o trabalho delas é mais fácil.²⁹ Na Malásia, as mulheres constituem quase metade da força de trabalho em plantações e elas geralmente são contratadas para pulverizar herbicidas e pesticidas perigosos. Na maioria dos casos, elas não recebem um treinamento adequado e nem equipamentos de segurança, o que acarreta sérias implicações de longo prazo para a sua saúde.³⁰

Muitas vezes, os trabalhadores não conseguem garantir melhores condições de trabalho para si porque lhes é negado o direito de se organizar ou estabelecer sindicatos. Na Colômbia, membros de sindicatos em plantações de palmeiras oleaginosas foram torturados e assassinados.³¹ Em outras regiões da América Latina, leis sindicais obstrutivas, intimidações e a falta de direitos trabalhistas impedem uma sindicalização efetiva.³²

Na Indonésia, embora o direito de estabelecer um sindicato seja reconhecido por lei, a Confederação Sindical Internacional observou que, na prática, os direitos sindicais são enfraquecidos por intimidações e longos processos de mediação, que levam os sindicatos a realizarem greves pouco respaldadas.³³ Nesse contexto, a Musim Mas, uma empresa daquele país que cultiva palmeiras oleaginosas, despediu, no ano passado, mais de 700 trabalhadores sindicalizados em retaliação a uma greve. Esses trabalhadores e cerca de 1.000 familiares foram forçados a deixar seus lares, como também seus filhos foram expulsos da escola.³⁴

Exploração de agricultores familiares

Cerca de 30 por cento do óleo de palmeira da Indonésia são produzidos por agricultores familiares e garantem o sustento de mais ou menos 4,5 milhões de pessoas. A maioria delas vem de comunidades locais e de povos indígenas que perderam suas terras em virtude do avanço de plantações e que receberam como ‘recompensa’ uma área de dois hectares para produzir palmeiras oleaginosas. Esses agricultores ficam presos às empresas que cultivam essas palmeiras porque são elas que garantem o

crédito para a preparação da terra e a compra de mudas. Essa dívida se acumula ao longo dos primeiros oito anos necessários para que as palmeiras se tornem lucrativas e os agricultores são obrigados a vendê-las às empresas credoras. Essa situação, além do fato de o produto colhido precisar ser processado em 48 horas, impede qualquer possibilidade dos agricultores optarem por algum outro comprador – eles também não têm controle sobre os preços. Conseqüentemente, o pagamento que recebem por seus produtos é muito distante dos preços de mercado, atrasa com regularidade e está frequentemente sujeito a diversas deduções sem maiores explicações.³⁵

Segurança alimentar

A produção de biocombustíveis gera concorrência por recursos com alimentos e outros produtos agrícolas. Um relatório elaborado recentemente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) previu um aumento de cerca de 20 a 50 por cento nos preços globais de alimentos na próxima década em relação aos últimos anos, e a produção de biocombustível foi citada como uma das principais causas desse aumento.³⁶ Obviamente, um aumento no preço de produtos primários (*commodities*) agrícolas poderia ser benéfico para milhões de agricultores que vivem em situação de pobreza e que sofreram os efeitos de décadas de estagnação no mercado.³⁷ No entanto, outros ficarão em desvantagem.

No âmbito familiar, pessoas afetadas pela pobreza, com pouca capacidade de tirar proveito do mercado dos biocombustíveis e de suas possíveis oportunidades associadas em termos de meios de vida, correm o risco de ficar expostas a uma maior insegurança alimentar. Na esfera nacional, países de baixa renda que dependem de importações de alimentos são os mais expostos a esse risco. A FAO listou 82 países como Países de Baixa Renda e com Déficit Alimentar (LIFDCs, sigla em inglês), mais da metade dos quais situa-se na África. Esses países respondem, entre si, por dois terços da população mundial. As razões pelas quais esses países dependem de importações para satisfazer suas necessidades alimentares variam. Alguns países exportam produtos primários tropicais (como óleo de palmeira) e importam alimentos básicos para sua dieta. Nesses países, o aumento dos preços de exportação em decorrência da demanda por biocombustíveis pode compensar seus gastos crescentes com importações. Entretanto, dentro desses países, os que não conseguem usufruir dos benefícios dos crescentes aumentos nos preços de exportações agrícolas sofrerão com a alta no preço dos alimentos.

Outros LIFDCs simplesmente não conseguem produzir alimentos suficientes para satisfazer suas próprias necessidades por diversas razões, como conflitos, infraestrutura precária, geografia e clima. Para esses países, os biocombustíveis não oferecem oportunidades, somente ameaças.

A volatilidade dos preços pode constituir uma ameaça ainda maior que o aumento nos preços dos alimentos, considerando que pessoas vivendo em condições de pobreza, que chegam a gastar mais de 50 por cento da sua renda com alimentos, têm uma capacidade mais baixa de se adaptar a choques. À medida que a demanda por biocombustíveis aumenta, os preços dos alimentos e do óleo estão ficando cada vez mais vinculados. Isso resultará em flutuações mais acentuadas nos preços dos alimentos assim que a volatilidade for sendo transmitida do setor energético para o mercado de alimentos.³⁸ Os mandatos estabelecidos para o consumo de biocombustíveis, como a meta de 10 por cento da União Européia, somente

exacerbarão a volatilidade, por tornarem a demanda menos responsável pelos choques de preços.

Conclusão: princípios sociais são urgentemente necessários

Os biocombustíveis não precisam acarretar um desastre para pessoas em situação de pobreza no Sul – em vez disso, eles deveriam oferecer novas oportunidades de mercado e melhores meios de vida. No entanto, o modelo agroindustrial que está sendo configurado com vistas à consecução da meta da União Européia traz poucas oportunidades e acarreta muitas ameaças. Se políticas adequadas não forem desenvolvidas entre empresas, governos produtores e governos importadores, os tipos de impactos sociais negativos descritos acima, em linhas gerais, só se agravarão ao mesmo tempo em que o empurra-empurra entre fornecedores for ficando mais acirrado. As medidas que a UE deve tomar para fazer a sua parte estão listadas abaixo.

Mais flexibilidade

A sustentabilidade deve ser garantida antes da consecução da meta dos 10 por cento, a qual deve ser flexível. Um processo formal, baseado em avaliações anuais de impactos e análises de segurança alimentar, deve ser introduzido para que essa meta possa ser revista em caso de não estar sendo alcançada de forma sustentável.

Normas sociais

Além de normas ambientais, a UE deve desenvolver normas sociais aplicáveis a *todos* os biocombustíveis, a despeito de sua origem, como, por exemplo:

- 1 Todos os trabalhadores, tanto homens como mulheres, devem ter a garantia de um trabalho decente, como definido pela Organização Internacional do Trabalho.
- 2 O cultivo de matérias-primas não deve acarretar impactos adversos para comunidades locais ou povos indígenas.
- 3 Agricultores e agricultoras familiares devem ter um tratamento justo e transparente.
- 4 O direito ao alimento deve ser protegido.³⁹

Princípios e critérios básicos para a produção de biocombustíveis devem ser desenvolvidos como parte de um processo inclusivo que envolva países e organizações que representam as pessoas mais afetadas por normas sociais: trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, comunidades locais e povos indígenas. Essas normas devem também prever meios pelos quais agricultores familiares possam obter certificações, como, por exemplo, os esquemas de certificação coletiva.

A UE deve assegurar que a redução de suas emissões de gases de efeito estufa oriundas de meios de transporte não seja feita às custas dos meios de vida de pessoas que vivem em situação de pobreza. Para isso, as medidas citadas acima devem ser incluídas em alguma legislação. Caso contrário, a UE deve aceitar o fato de que a meta dos 10 por cento não será alcançada em bases sustentáveis e, portanto, não deve ser perseguida.

NOTAS

¹ Esse percentual se refere ao teor energético - o que significa que dez por cento da *energia* usada nos meios de transporte devem vir de biocombustíveis, e não dez por cento do volume dos combustíveis. Como os biocombustíveis possuem uma densidade energética mais baixa que os combustíveis fósseis, isso significa que o volume necessário de biocombustíveis para alcançar a meta será superior a dez por cento.

² *Biofuels issues in the new legislation on the promotion of renewable energy*, exercício de consulta pública, abril-maio de 2007, Diretoria Geral da Energia e dos Transportes (*Energy and Transport Directorate-General*), Bruxelas: Comissão Europeia, 2007.

³ *Report on the Roadmap for Renewable Energy in Europe*, Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (Committee on Industry, Research and Energy), Relatora: Britta Thomsen, Bruxelas: Parlamento Europeu, 2007.

⁴ *An Examination of US and EU Government Support to Biofuels: Early Lessons*, International Food and Agricultural Trade Policy Council, Washington: IPC, 2007.

Biofuels – at what cost? Government support for ethanol and biodiesel in the European Union, preparado pela Global Subsidies Initiative, Genebra: Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, 2007.

Transport Biofuels, Postnote no. 293, Departamento de Ciência e Tecnologia do Parlamento do Reino Unido, Londres: 2007.

Vale lembrar que, quando a produção de matérias-primas tropicais provoca alterações no uso da terra, como desmatamentos ou a destruição de áreas alagadas, o biocombustível resultante não produz um impacto positivo na redução de emissões. Veja Nota 19.

⁵ *An Examination of US and EU Government Support to Biofuels: Early Lessons*, *ibid.*

Biofuels – at what cost? Government support for ethanol and biodiesel in the European Union, *ibid.*

Biofuels: is the cure worse than the disease?, documento de consulta preparado para a Mesa Redonda para o Desenvolvimento Sustentável, Paris: OCDE, 2007.

EU and U.S. Policies on Biofuels: Potential Impacts on Developing Countries, Fundo Marshall Alemão dos Estados Unidos, Washington: 2007.

⁶ *Biofuels: is the cure worse than the disease?*, *ibid.* Para um resumo sucinto dessas críticas, acesse www.ipsnews.net/news.asp?idnews=39515; e <http://gristmill.grist.org/story/2007/10/10/112525/55>

⁷ *Biofuels Progress Report: Report on the progress made in the use of biofuels and other renewable fuels in the Member States of the European Union*, Bruxelas: Comissão Europeia, 2007.

⁸ Entre 1994 e 2004, as emissões provenientes dos meios de transporte da UE aumentaram em 32,2 por cento, segundo uma análise de dados da Federação Europeia para o Transporte e Meio Ambiente apresentada à UNFCCC, disponível no endereço eletrônico http://www.transportenvironment.org/docs/Publications/2006/2006-07_ghg_emissions_transport_eea_analysis_2004.pdf

Espera-se que o consumo de energia dos meios de transportes na UE sob um cenário de negócios, como sempre, cresça de 332 Mtoe em 2005 para 405 Mtoe até 2020. Veja *Communication from the Commission: Action Plan for Energy Efficiency: Realising the Potential*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2006.

⁹ O Comissário de Comércio da União Europeia, Peter Mandelson, indicou recentemente que a UE não alcançará sua meta com sua produção nacional www.euractiv.com/en/trade/eu-eyes-imports-quench-biofuels-thirst/article-165289.

Um documento recente da Comissão estimou que, havendo tecnologias de segunda geração disponíveis em uma escala comercial, a UE precisará importar 20 por cento de suas matérias-primas. No entanto, sem essas tecnologias, ela precisará importar 50 por cento desses produtos básicos. (Veja *The impact of a minimum 10% obligation for biofuel use in the EU-27 in 2020 on agricultural markets*, Comissão Europeia: Bruxelas, 2007.) Essas análises pressupõem a continuidade das políticas comerciais adotadas atualmente, que restringem o acesso de países produtores à UE por meio de tarifas, subsídios, incentivos e normas técnicas. Até que ponto os países produtores no Sul terão condições de satisfazer a demanda europeia por biocombustíveis dependerá intensamente de como essas políticas evoluirão.

¹⁰ *Indonésia: concern grows over palm oil production*, Oxford: Oxford Analytica, 2007.

¹¹ *Brazil's ethanol slaves: 200,000 migrant sugar cutters who prop up renewable energy boom*, *The Guardian*, 9 de março de 2007.

¹² Andrew Owens, CEO of Greenergy at Biofuels Markets Africa Conference, 30 de novembro – 1 de dezembro de 2006, Cidade do Cabo.

¹³ Por exemplo, *Liquid Biofuels for Transportation in Tanzania: Potential and Implications for Sustainable Agriculture and Energy in the 21st Century*, Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), 2005.

¹⁴ Visite o site www.sunbiofuels.com para obter mais detalhes.

No início deste ano, o governo da Tanzânia anunciou que estava negociando investimentos em biocombustíveis com 11 empresas estrangeiras. Veja *Dar to grow bio-fuel crops*, *Daily News*, 12 de abril de 2007. Disponível no endereço eletrônico www.dailynews-tsn.com/page.php?id=6364

¹⁵ *The performance of EU-Africa Energy Partnership*, palestra ministrada pelo Ministro da Energia de Moçambique, na mesa redonda internacional *Business Perspectives on the Africa-Europe Energy Partnership*, 27–29 de junho de 2007, Hamburgo. Disponível no endereço eletrônico www.energypartnership.eu/business/session%201/Minister%20Namburete.ppt

¹⁶ *Sustainable Bioenergy: A Framework for Decision Makers*, Nova Iorque: UN-energy, 2007.

¹⁷ *Agribusiness and biofuels: an explosive mixture*, GT Energia do FBOMS, Amigos da Terra Brasil e Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro: Amigos da Terra Brasil, 2006.

¹⁸ *The Emerging Biofuels Market: Regulatory, Trade and Development Implications*, Nova Iorque e Genebra: UNCTAD, 2006.

¹⁹ O avanço das plantações destinadas à produção de biocombustíveis pode também resultar na destruição da biodiversidade e de reservatórios naturais de carbono, como florestas tropicais ou áreas alagadas, contribuindo para aumentar as emissões de carbono. Visite o site www.unep-wcmc.org/clima/mitigação.aspx, no qual esses impactos são discutidos e mais referências podem ser encontradas.

²⁰ <http://mwcnews.net/content/view/14507/235/>

²¹ *The flow of palm oil Colombia-Belgium/Europe: a study from a human rights perspective*, Fidel Mingorance, Bruxelas: *Coordination Belge pour la Colombie*, 2006.

Massacres and paramilitary land seizures behind the biofuel revolution, *The Guardian*, 5 de junho de 2007.

²² A Colômbia tem a segunda maior população de pessoas deslocadas internamente, ficando atrás apenas do Sudão; visite o site <http://www.unhcr.org/publ/PUBL/4444d3ce20.html>

²³ *Agrofuels in Africa: the impacts on land, food and forests*, Rede Africana da Biodiversidade, 2007.

²⁴ *Agribusiness and biofuels: an explosive mixture*, *ibid.* *Greasy Palms: the social and ecological impacts of large-scale oil palm plantation development in South East Asia*, Amigos da Terra, 2005.

²⁵ No Brasil, 80 por cento da cana-de-açúcar é colhida após queimadas e a fumaça resultante desse processo provoca sérios problemas respiratórios para populações locais e municípios – em uma área de São Paulo, a hospitalização de crianças e adolescentes com problemas respiratórios chega a aumentar cerca de 20 por cento na época dessas queimadas (*Agribusiness and biofuels: an explosive mixture, ibid*).

²⁶ Numa fiscalização recente em um canavial perto de Belém, o governo brasileiro libertou cerca de mil homens e mulheres sujeitos a trabalho escravo em condições desumanas. A despeito dos esforços do governo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que entre 25.000 e 40.000 homens e mulheres ainda estão baixo condições de trabalho escravo no Brasil. Visite o *site*

http://news.monstersandcritics.com/americas/news/article_1325583.php/Slave_w and www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang-en/WCMS_069168/index.htm

O escritório da OIT no Brasil usa o termo ‘trabalho escravo’ para se referir a qualquer crime que restrinja a liberdade dos trabalhadores, seja por i) retenção de documentos, ii) presença de supervisores armados, também conhecidos como ‘gatos’, iii) pagamento de dívidas com trabalho, ou iv) estarem em um local geográfico do qual seja impossível escapar.

²⁷ *Agribusiness and biofuels: an explosive mixture, ibid*.

²⁸ *Greasy Palms: the social and ecological impacts of large-scale oil palm plantation development in South East Asia, ibid*.

²⁹ *The impacts of oil palm plantations on women, Down to Earth* No. 74, agosto de 2007.

³⁰ *Oil Palm: From Cosmetics to Biodiesel Colonization Lives On, World Rainforest Movement*, Montevideu: 2006.

³¹ *The flow of palm oil Colombia-Belgium/Europe: a study from a human rights perspective, ibid*.

³² *Annual Survey of violations of trade union rights*, Confederação Sindical Internacional, ITUC: Bruxelas, 2007. Disponível no *site*

<http://survey07.ituc-csi.org/getcontinent.php?IDContinent=0&IDLang=EN>

³³ *Annual Survey of violations of trade union rights, ibid*.

³⁴ Veja a cobertura do Sindicato Internacional dos Trabalhadores em Alimento (IUF) nos seguintes *sites*: www.iuf.org/cgi-bin/dbman/db.cgi?db=default&uid=default&ID=3043&view_records=1&ww=1&en=1; e

www.iuf.org/cgi-bin/dbman/db.cgi?db=default&uid=default&ID=3106&view_records=1&ww=1&en=1

³⁵ *Ghosts on our Own Land: Indonesian Oil Palm Smallholders and the Roundtable on Sustainable Palm Oil*, Forest Peoples Programme e Sawit Watch, 2006.

³⁶ *OCDE-FAO Agricultural Outlook 2007-2016*, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Paris e Roma: 2007.

³⁷ Desde que esses aumentos de preços no mercado internacional sejam efetivamente transmitidos para agricultores que vivem em situação de pobreza nos países em desenvolvimento. Há razões para crer que isso não ocorra sempre, em função de fatores como mercados locais imperfeitos, concentração de empresas nas cadeias de abastecimento, absorção dos aumentos por parte de intermediários.

³⁸ *Sustainable Bioenergy: A Framework for Decision Makers, ibid*.

³⁹ O direito à alimentação é o direito de cada pessoa a alimentos suficientes, nutricionalmente adequados e culturalmente aceitáveis para possibilitar uma vida ativa e saudável, que o Estado e a comunidade internacional têm a obrigação de garantir.

© Oxfam Internacional Novembro de 2007

Este documento foi redigido, originalmente em inglês, por Robert Bailey e faz parte de uma série de documentos elaborados para fornecer insumos para debates públicos sobre questões relacionadas a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

A tradução para o português é da Master Language, Brasília, Brasil.

Este texto pode ser usado gratuitamente para fins de ações de *advocacy*, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. Como parte dos direitos autorais se solicita que todos esses usos sejam registrados junto à organização para fins de avaliação de impactos. Para copiar o documento em quaisquer outras circunstâncias, para reutilizá-lo em outras publicações ou para fins de tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e poderá ser cobrada uma taxa. E-mail: publish@oxfam.org.uk.

Para obter informações adicionais sobre as questões levantadas neste documento, favor enviar um e-mail para brasil@oxfam.org.br ou para advocacy@oxfaminternational.org

As informações contidas nesta publicação estavam corretas no momento de sua impressão.

Oxfam Internacional é uma confederação de treze organizações que trabalham juntas em mais de 100 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam na Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam França - Agir ici, Oxfam Alemanha, Oxfam GB, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Novib (Países Baixos) e Oxfam Quebec. Favor telefonar ou escrever para qualquer uma dessas agências para obter informações adicionais ou visitar o site www.oxfam.org.

<p>Oxfam América 226 Causeway Street, 5th Floor Boston, MA 02114-2206, Estados Unidos da América +1 617 482 1211 (chamada gratuita 1 800 77 Oxfam) E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p>	<p>Oxfam Hong Kong 17/F., China United Centre, 28 Marble Road, North Point, Hong Kong Tel: +852 2520 2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p>
<p>Oxfam Austrália 156 George St., Fitzroy, Victoria 3065, Austrália Tel: +61 3 9289 9444 E-mail: enquire@oxfam.org.au www.oxfam.org.au</p>	<p>Intermón Oxfam (Espanha) Roger de Llúria 15, 08010, Barcelona, Espanha Tel: +34 902 330 331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p>
<p>Oxfam na Bélgica Rue des Quatre Vents 60, 1080 Bruxelas, Bélgica Tel: +32 2 501 6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfamsol.be</p>	<p>Oxfam Irlanda Escritório de Dublin: 9 Burgh Quay, Dublin 2, Irlanda Tel: +353 1 672 7662 Escritório de Belfast: 115 North St, Belfast BT1 1ND, Reino Unido Tel: +44 28 9023 0220 E-mail: communications@oxfamireland.org www.oxfamireland.org</p>
<p>Oxfam Canadá 250 City Centre Ave, Suite 400, Ottawa, Ontário, K1R 6K7, Canadá Tel: +1 613 237 5236 E-mail: info@oxfam.ca www.oxfam.ca</p>	<p>Oxfam Nova Zelândia PO Box 68357, Auckland 1145, Nova Zelândia Tel: +64 9 355 6500 (chamada gratuita 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p>
<p>Oxfam França - Agir ici 104 rue Oberkampf, 75011 Paris, França Tel: + 33 1 56 98 24 40. E-mail: info@oxfamfrance.org www.oxfamfrance.org</p>	<p>Oxfam Novib (Países Baixos) Mauritskade 9, Postbus 30919, 2500 GX, Haia, Países Baixos Tel: +31 70 342 1621 E-mail: info@oxfamnovib.nl www.oxfamnovib.nl</p>
<p>Oxfam Alemanha Greifswalder Str. 33a, 10405 Berlim, Alemanha Tel: +49 30 428 50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p>	<p>Oxfam Quebec 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200, Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canadá Tel: +1 514 937 1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p>
<p>Oxfam GB Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido Tel: +44 1865 473727 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p>	

Secretaria da Oxfam Internacional: Suite 20, 266 Banbury Road, Oxford, OX2 7DL, Reino Unido
Tel: +44 1865 339100 Email: information@oxfaminternational.org. site na Internet: www.oxfam.org

Escritórios de *advocacy* de Oxfam Internacional:

E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Washington: 1100 15th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20005-1759, Estados Unidos, Tel: +1 202 496 1170.

Bruxelas: Rue Philippe le Bon 15, 1000 Bruxelas, Bélgica, Tel: +322 502 0391.

Genebra: 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça, Tel: +41 22 321 2371.

Nova Iorque: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, Nva Iorque, NY 10017, Estados Unidos, Tel: +1 212 687 2091.

Organizações vinculadas à Oxfam. As seguintes organizações são vinculadas à Oxfam Internacional:

Oxfam Japão Maruko bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tóquio 110-0015, Japão

Tel: + 81 3 3834 1556. E-mail: info@oxfam.jp Site na Internet: www.oxfam.jp

Oxfam Trust in Índia B - 121, Second Floor, Malviya Nagar, Nova Delhi, 1100-17, Índia

Tel: + 91 11 2667 3 763. E-mail: info@oxfamint.org.in Site na Internet: www.oxfamint.org.in

Membro observador da Oxfam. A seguinte organização é um membro observador da Oxfam Internacional atualmente, trabalhando para tornar-se uma possível afiliada plena:

Fundación Rostros y Voces (México) Alabama No. 105 (esquina con Missouri), Col. Napoles, C.P. 03810 México, D.F., Tel/Fax: + 52 55 5687 3002. E-mail: comunicacion@rostrosyvoces.org Site na Internet:

www.rostrosyvoces.org